

STATUS NUTRICIONAL E POBREZA

*Emerson Rildo Araújo de Carvalho**

*A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida
A gente quer saída para qualquer parte
(...)
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer dinheiro e felicidade,
A gente não quer só dinheiro,
A gente quer inteiro e não pela metade.
(TITãs)*

Resumo

Este artigo trata das relações entre status nutricional, pobreza e funcionamento do mercado de trabalho. A partir do entendimento básico destas relações, procura-se verificar se essas interações podem ser relevantes para o desenho e avaliação de políticas públicas de combate à fome e à pobreza no Brasil.

* Emerson Rildo Araújo de Carvalho é bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, mestre em Economia de Empresas pela EAESP-FGV, doutorando em Economia pela USP; é membro do Núcleo de Estudos Sobre a Pobreza/Faculdade São Luís (NEPO/FSL) e professor da mesma faculdade. A pesquisa que deu origem a este artigo foi financiada pela Faculdade São Luís.

Palavras-chave

Pobreza, status nutricional, fome, curva de capacidade, mercado de trabalho.

Abstract

This paper deals with the relationship between nutritional status, poverty and the labor market behavior. As those relationships are understood, it is verified if such interactions can be relevant to the design and assessment of public policies to reduce hunger and poverty in Brazil.

Key Words

Poverty, nutritional status, hunger, capacity curve, labor market.

Considerações Iniciais

A teoria econômica nos diz que a distribuição de renda gerada numa economia de mercado é basicamente determinada pela posse dos fatores de produção, tais como o trabalho e o capital. Portanto, a apropriação da renda depende em grande parte das condições prevalentes nos mercados de fatores, como o mercado de trabalho e o mercado de capitais. Dependendo das condições de oferta e demanda destes, podemos conceber várias possibilidades para o perfil de distribuição de renda de uma economia, num instante e ao longo do tempo. De acordo com esta visão de mundo, podemos inquirir de uma maneira geral sobre as causas que determinam o perfil de distribuição de renda de uma sociedade, assim como o grau de pobreza que pode existir nela.

O objetivo principal deste artigo é discutir como um entendimento melhor do funcionamento do mercado de trabalho pode nos ajudar na compreensão das causas da pobreza e sua evolução ao longo do tempo. Por que estamos nos preocupando basicamente com o mercado de trabalho? Uma das evidências empíricas sobre a pobreza é que o único ativo que os pobres possuem é a sua força de trabalho, e nada mais. Se a força de trabalho é o único ativo que eles possuem, então suas remunerações totais na forma de salários são determinadas basicamente nos mercados de trabalho. Portanto, precisamos entender por que boa parte dos mercados de trabalho, especialmente em países subdesenvolvidos, não conseguem gerar salários de tal forma que a pobreza não se torne

um problema sempre presente e muito importante nas discussões sobre o papel do Estado na sociedade.

Utilizaremos a seguinte motivação empírica para tentar entender melhor este assunto. No Brasil, temos problemas sociais graves, dentre os quais destacamos a desnutrição, a pobreza e a desigualdade de renda entre os seus habitantes. De acordo com estimativas do IPEA baseadas em dados do IBGE¹, 32% da população total do Brasil são considerados pobres em 2000, e esta porcentagem não tem variado muito nos últimos anos como pode ser observado na tabela abaixo:

Brasil — Proporção de Pobres, 1990-2000 (% da população total)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Proporção De Pobres	44	41	41	42	42	34	34	34	33	34	32

Fonte: IPEA, com base na PNAD, IBGE.

Novamente, com base nas estimativas do IPEA utilizando dados do IBGE, podemos observar que existe um enorme hiato entre os ricos e os pobres. Utilizando o coeficiente de Gini como medida de desigualdade de renda², observamos que a desigualdade da distribuição de renda tem permanecido estável nas últimas décadas. Para ilustrar este fato, entre 1977 e 1999, o coeficiente de Gini tem permanecido no patamar de 0,60, um dos maiores do mundo. Em relação ao problema da fome no Brasil, as estatísticas são menos confiáveis, mas o problema existe, e pode ter conseqüências para a perpetuação da pobreza como ficará claro adiante.

Este é o nosso ponto principal que discutiremos ao longo deste trabalho. Isto nos leva naturalmente a inquirir sobre as seguintes questões, que achamos ser relevantes e bastante pertinentes para o caso do Brasil. Qual a relação entre pobreza e desnutrição? Como a desnutrição pode levar à armadilha da pobreza? Será que essa relação tem alguma relevância para o entendimento da pobreza no Brasil? Se existir tal

1. Ver o documento do IPEA (2002) elaborado para a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre Direito à Alimentação.

2. Ver documento do IPEA (2002).

relevância, podemos conceber políticas públicas de redução da pobreza mais eficientes do que as que estão sendo implementadas atualmente? A próxima seção discute teoricamente a relação entre pobreza e desnutrição, e as conseqüências desta relação para a perpetuação da pobreza. Na seção 2 discutiremos uma evidência empírica feita para o Brasil sobre a relação entre salários e ingestão de calorias, que pode reforçar o argumento da seção 1. Finalmente, faremos as considerações finais.

1. Pobreza e Desnutrição

Para tratar da relação que existe entre pobreza e desnutrição, precisamos de algum modelo econômico teórico que descreva como se interagem essas duas variáveis, e quais os seus determinantes. Por que um modelo teórico, se todo modelo é uma metáfora, completamente irreal? A vantagem é que a formulação de um modelo teórico sobre um determinado aspecto da realidade amplia bastante o poder e a variedade de idéias sobre o assunto que está sendo teorizado. Sem entrar nesta discussão, vamos partir do modelo de Dasgupta e Ray (1986) e Ray (1998). A idéia-chave é que a pobreza leva à desnutrição, e a desnutrição provoca uma baixa capacidade de realizar trabalho. Esta baixa capacidade de realizar trabalho tem implicações sobre o funcionamento do mercado de trabalho. De que forma? Com baixa capacidade de realizar trabalho, o trabalhador pode simplesmente não ter acesso ao mercado de trabalho por falta de capacidade e, além disso, se tiver acesso, pode obter apenas salários baixos devido à sua baixa produtividade. Exploraremos esta idéia em detalhes, mas, antes, definiremos alguns conceitos importantes que serão usados na nossa análise.

1.1. Status nutricional e capacidade de realizar trabalho

Para obter energia, o corpo humano precisa de alimentos. Consideraremos os alimentos como a maior fonte de energia do corpo humano. Como o nosso assunto é pobreza, podemos assumir que, na maioria das situações, a obtenção de comida é o mesmo que o acesso à renda. Ou seja, estamos assumindo que a renda obtida pelos pobres é gasta na sua totalidade com alimentos. Chamaremos de *energy input* a energia do corpo humano obtida pela ingestão de alimentos.

A *energy input* pode ser decomposta como a soma do *resting metabolism* mais a *energy required for work*. O *resting metabolism* representa

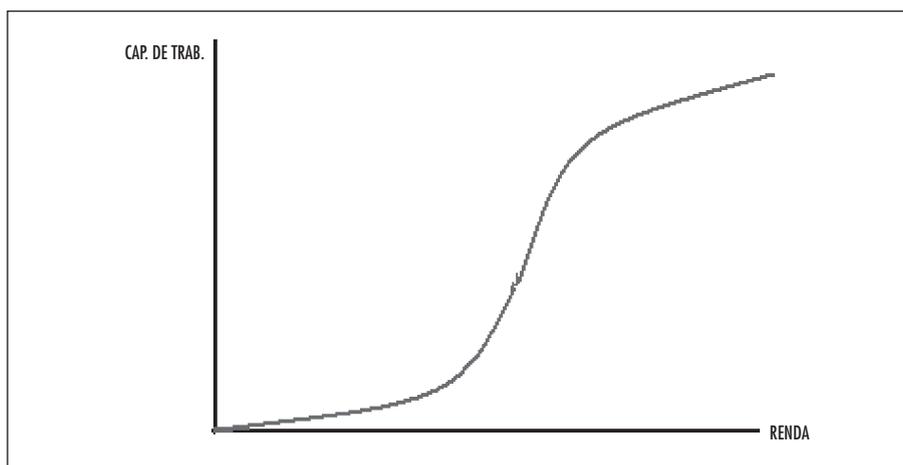
a energia para manter a temperatura do corpo, ação respiratória etc., enfim, é aquela energia requerida que não tem a ver com a energia necessária para realizar alguma atividade física. Segundo dados da FAO, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, a quantidade mínima dessa energia para um “homem de referência” seria de 1.700 kcal/pessoa/dia. Este “homem de referência” é europeu e pesa 65 kg. Para o Brasil, a estimativa é de 1.900 kcal/pessoa/dia. A *energy required for work* é a energia requerida para realizar algum trabalho físico, por exemplo, alguma atividade no mercado de trabalho. Obviamente, a *energy required for work* varia bastante dependendo do tipo de ocupação e do que consideramos “homem de referência”.

Portanto, podemos dizer que $energy\ input = resting\ metabolism + energy\ required\ for\ work$. Como em países subdesenvolvidos a maioria das ocupações obtidas pelos pobres necessita de grandes quantidades de energia, podemos assumir que o normal é o *déficit* de energia para os pobres (especialmente no caso brasileiro). Ou seja, a ingestão diária de kcal para a maior parte dos pobres não é capaz de alcançar a *energy input*. O constante *déficit* de energia leva ao problema da desnutrição. O problema da desnutrição tem conseqüências perversas tanto do ponto de vista físico como psicológico. As conseqüências físicas mais comuns são a vulnerabilidade à infecção, diminuição da capacidade de trabalho, aumento de doenças, perda muscular e retardamento do crescimento, especialmente entre as crianças. As conseqüências psicológicas mais comuns são a apatia mental, depressão, baixa capacidade intelectual e falta de motivação. Também temos que destacar a baixa expectativa de vida entre os desnutridos.

Observamos acima algumas conseqüências perversas da desnutrição. Agora a pergunta é a seguinte: como o problema da desnutrição pode afetar o funcionamento do mercado de trabalho? O argumento-chave de Dasgupta e Ray é que não apenas o mercado de trabalho gera renda e, portanto, cria a fonte para uma boa saúde e nutrição, mas uma boa saúde e nutrição afetam a capacidade que o corpo humano tem de realizar tarefas que geram renda. Observe que existe um problema de simultaneidade aqui. A renda tem a ver com as condições de saúde e nutrição de um indivíduo, entretanto, as condições de saúde e nutrição afetam a sua capacidade de obtenção de renda. Este círculo nos alerta para a possibilidade que, em países subdesenvolvidos, boa parte da população pode estar presa num círculo vicioso de pobreza devido em parte ao problema da desnutrição.

1.2. Curva de capacidade

O principal conceito para a construção teórica de um modelo de círculo vicioso de pobreza baseada em desnutrição é a chamada curva de capacidade. A curva de capacidade trata da relação entre a capacidade de trabalho que um indivíduo pode executar para realizar determinada tarefa e a quantidade de energia requerida para realizar tal trabalho. Novamente, sem perda de generalidade, podemos assumir que toda a renda obtida pelos pobres é gasta com alimentação. Com esta suposição, fazemos uma ligação direta entre renda e ingestão de calorias, de modo que, a partir deste instante, a curva de capacidade trata da relação entre capacidade de trabalho e renda. Uma pergunta natural é a seguinte: qual a forma dessa curva? Podemos conceber essa curva como uma função? A literatura trata a forma funcional dessa curva da seguinte maneira. Para níveis muito baixos de renda, toda a energia ingerida de alimentos por um indivíduo vai para o *resting metabolism* e quase nada é deixada para a *energy required for work*. Quando o *resting metabolism* é preenchido, a energia adicional vai para a *energy required for work*. A partir de um certo nível de renda, a capacidade de trabalho aumenta rapidamente, devido ao aumento da *energy required for work*. Quando todo o *energy input* está satisfeito, a capacidade de realizar trabalho aumenta, só que aumenta a taxas decrescentes, devido ao limite natural imposto pelo corpo humano. Ou seja, para níveis muito baixo de renda, temos uma situação de rendimentos crescentes, e a partir de um certo



valor de renda, temos a conhecida lei dos rendimentos decrescentes de escala. O gráfico anterior é representativo para um indivíduo típico.

Observe que o gráfico representa uma região convexa e uma região côncava. É justamente essa não-linearidade que desempenhará um papel fundamental para a possibilidade de existência de desemprego involuntário, e a conseqüente manutenção da pobreza. O argumento-chave é o seguinte. Considere um mercado de trabalho típico. Em um mercado de trabalho temos uma demanda por trabalho por parte das firmas, e uma oferta de trabalho por parte das famílias. Como todo mercado, o mercado de trabalho determina um preço e uma quantidade negociada, só que o preço neste caso é chamado de salário, e a quantidade negociada chamamos de nível de emprego. Consideraremos aqui a demanda por trabalho por parte das firmas da forma usual encontrada em livros introdutórios de Economia. A novidade aqui se encontra ao lado da oferta de trabalho.

A teoria da oferta de trabalho diz que o salário real entra nas decisões das famílias, quando estas decidem sobre a quantidade de trabalho (horas trabalhadas) que desejam vender no mercado. A literatura assume que quanto maior o salário real, maior a quantidade de trabalho que as famílias desejam vender no mercado de trabalho. O problema é que se considerarmos a curva de capacidade descrita anteriormente, é perfeitamente possível existir um equilíbrio no mercado de trabalho com desemprego involuntário. A idéia é que existe um determinado salário em que a oferta de trabalho é descontínua³. Ou seja, podemos ter salários de mercado tais que indivíduos que estejam dispostos a trabalhar a esses salários, não conseguem vaga no mercado, pois eles não têm capacidade de trabalho para realizar essas ocupações. Mesmo se oferecendo a um salário menor que o de mercado, as firmas não contratarão esses indivíduos, por causa da sua baixa produtividade.

Portanto, este simples modelo teórico nos traz possibilidades que são observadas no mundo real: a falta de oportunidades no mercado de trabalho faz com que a renda das famílias fique baixa. Esta renda baixa gera uma baixa capacidade de trabalho, e esta baixa capacidade de

3. Não entraremos nos detalhes matemáticos para a derivação curva de oferta de trabalho descontínua. Para o leitor interessado, vale a pena consultar o artigo do Dasgupta e Ray (1986).

trabalho se reflete novamente no acesso restrito ao mercado de trabalho. Temos, portanto, um círculo vicioso de pobreza. As perguntas que surgem naturalmente são as seguintes: existe alguma relevância deste argumento para o caso brasileiro? Será que boa parte da pobreza existente no Brasil tem a ver com a questão da desnutrição? Na próxima seção trataremos destas perguntas com maior profundidade.

2. Uma evidência empírica para o Brasil e o programa Fome Zero

Uma conveniente definição de pobreza para nosso propósito é a seguinte: um indivíduo é pobre quando não tem renda suficiente para comprar alimento suficiente para a sua subsistência. Vamos pensar um pouco sobre se esta definição pode ser relevante para o caso brasileiro. Obviamente, o conceito de pobreza vai muito além do que estamos considerando neste artigo. Se a maior parte dos pobres no Brasil está em situação de desnutrição, uma melhora significativa do *status* nutricional deles poderia ter efeitos sobre os seus rendimentos no mercado de trabalho?

Do ponto de vista empírico, estamos interessados em saber se existe uma relação causal entre *status* nutricional e salário no mercado de trabalho no Brasil. Vimos na seção anterior que é possível e bastante razoável a existência dessa relação, especialmente em países subdesenvolvidos. Agora o que desejamos saber é se existe alguma evidência empírica feita para o Brasil. Em um trabalho publicado em 1997, Thomas e Strauss conseguiram uma evidência bastante significativa do efeito do *status* nutricional sobre o salário.

A idéia desse trabalho é a de que existem retornos no mercado de trabalho na forma de salários, que vão além do investimento em capital humano, medido pelos anos de estudo ou treinamento. Podemos considerar o *status* nutricional como exemplo de retorno que não vem necessariamente apenas do capital humano. Ou seja, existem outras dimensões que são inerentes aos indivíduos, e que têm implicações sobre seus rendimentos pecuniários no mercado de trabalho. Em particular, o estudo de Thomas e Strauss tratou de questões pertinentes do ponto de vista do *policymaker*. Exemplo de questões tratadas nesse artigo e que podem ser úteis para políticas públicas voltadas para o combate à pobreza: o impacto do *status* nutricional sobre o rendimento varia com a distribui-

ção de renda da população? Quais são as dimensões do *status* nutricional que têm mais importância para o mercado de trabalho? Observando o ciclo de vida de um indivíduo, quando que o investimento em *status* nutricional terá o maior retorno no mercado de trabalho?

Observe que o argumento dos autores é especialmente válido quando estamos considerando países subdesenvolvidos, como o Brasil. Os autores utilizaram as seguintes variáveis como medida do *status* nutricional: altura, índice de massa corporal (altura dividido pelo peso elevado ao quadrado), ingestão diária de caloria *per capita* e ingestão diária de proteína *per capita*. Utilizando a base de dados do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF), amostra de aproximadamente 53000 domicílios, coletada entre agosto de 1974 e agosto de 1975, os autores encontraram as seguintes evidências empíricas: No Brasil urbano, a altura é um importante determinante dos salários dos homens e das mulheres que estão no mercado de trabalho. O índice de massa corporal é um importante preditor dos salários dos homens, especialmente entre os indivíduos menos educados (com menos anos de educação formal). Ingestões de calorias e proteínas são significantes (do ponto de vista estatístico) para os salários de homens e mulheres que estão no mercado de trabalho. Em especial, o efeito da ingestão de calorias desaparece rapidamente. Este resultado é consistente com a idéia de que o efeito desta ingestão sobre a renda é mais pronunciado entre os considerados desnutridos. Por outro lado, a ingestão de proteínas teve um efeito mais duradouro sobre os salários do que a ingestão de calorias. Segundo os autores, este resultado provavelmente reflete um efeito da qualidade da dieta, em que a proteína deve ter uma importante dimensão. Como a base de dados utilizada pelos autores não é recente, precisamos ser cautelosos na interpretação desses resultados para efeito de propostas de políticas públicas de combate à fome e à desnutrição. Por certo são necessárias mais pesquisas nessa linha e com dados mais recentes para um melhor entendimento das relações entre o problema da desnutrição, e os reflexos desta sobre o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil. Certamente que esforços nessa empreitada podem nos trazer retornos substanciais para a formulação de políticas sociais de combate à fome e à redução da pobreza no Brasil.

As principais pesquisas feitas no âmbito nacional sobre o status nutricional da população brasileira foram as seguintes: o ENDEF feito pelo IBGE, citado anteriormente no trabalho de Thomas e Strauss, a

PNSN, Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição, também feita pelo IBGE (divulgada em 1989), e a PNDS, Pesquisa Nacional sobre Demografia de Saúde (divulgada em 1996). Esta pesquisa foi feita por uma organização não-governamental (ONG) da área de saúde chamada BEMFAM, Bem-Estar Familiar no Brasil. Em geral estas pesquisas evidenciaram que o problema da desnutrição no Brasil se dá principalmente nas regiões mais pobres do Brasil, como o Norte e Nordeste, e nos bolsões de pobreza das grandes cidades. Estas pesquisas apontam que uma das principais implicações do problema da desnutrição no Brasil é a baixa estatura, indicando problemas de desnutrição crônica de longa duração. As regiões mais afetadas por este tipo de problema são o Norte e Nordeste. Outro resultado importante destas pesquisas é que a redução da prevalência de desnutrição na população brasileira está mais relacionada às melhorias das condições de infra-estrutura, principalmente nas grandes cidades das regiões Sudeste e Sul, do que à redução da pobreza em si.

Com base no que foi discutido até agora, será que podemos tirar algumas lições em relação a propostas e ações de políticas públicas de combate à fome e à pobreza? Do ponto de vista de desenho de políticas públicas, qual seria a maneira mais eficiente de combater o problema da desnutrição no Brasil? Programas de renda mínima ou distribuição de alimentos? Atualmente estas questões são muito discutidas pela sociedade brasileira. Provavelmente, a grande motivação de trazer à baila estas questões para a sociedade foi o lançamento do programa Fome Zero pelo governo federal em 2003.

O Fome Zero é um conjunto de políticas públicas que visa promover a segurança alimentar e nutricional de todos os brasileiros, e atacar as causas estruturais da pobreza. A iniciativa é do governo federal, mas os governos estaduais, municipais e a sociedade civil são importantes para o desenvolvimento do programa. A instituição do governo federal responsável é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), criado em 2004. Esta instituição integra as ações do Ministério de Assistência Social, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e da Secretaria do Bolsa Família. Dentre as principais iniciativas feitas pelo Programa Fome Zero, podemos destacar os restaurantes populares, a agricultura urbana (implantação de hortas comunitárias nas áreas urbanas), cozinhas comunitárias, merenda escolar, programa de aquisição de alimentos da agricultura

familiar, programa de aquisição e incentivo à distribuição do leite, construção de cisternas e distribuição de água (especialmente em regiões com problemas graves de seca) e bancos de alimentos.

Podemos observar acima que o programa Fome Zero consiste de medidas emergenciais e estruturais com objetivos de longo prazo. Abstraindo um pouco, podemos considerar parte dessas iniciativas como um tipo de subsídio para a obtenção do bem “alimento”. Outra iniciativa importante do governo federal colocada acima foi o chamado Bolsa Família, lançado em outubro de 2003. Podemos considerar este programa como uma espécie de imposto de renda negativo. Entretanto, existe uma contrapartida para o recebimento da renda do programa Bolsa Família: as crianças que fazem parte das famílias selecionadas pelo programa precisam freqüentar a escola. Observe que, em linhas gerais, temos dois “tipos” de políticas públicas de combate à fome e à pobreza: subsídio para aquisição de alimentos e transferência de renda. Qual destas seria a mais eficiente para o aumento do bem-estar do público alvo? Neste caso, a teoria econômica pode nos ajudar a pensar melhor sobre este assunto. Considere este exemplo hipotético. Qual das seguintes opções é melhor para uma família que será beneficiada pelo governo: receber R\$ 100,00 em subsídios para a compra de alimentos, na forma de cupons, ou receber os R\$ 100,00 em dinheiro vivo? Qual destas opções dará mais possibilidade de escolha para essa família representativa? Partindo do princípio que maiores possibilidades de escolha são preferíveis para a família representativa, então podemos concluir que é mais eficiente um programa de distribuição de renda do que um programa de subsídios. Como já dizia Milton Friedman, em seu livro *Capitalismo e liberdade* (1977), a melhor forma de combater a pobreza é por meio da distribuição de renda na forma de dinheiro, principalmente porque opera fora do mercado (não traz distorções na alocação de recursos feita pelos mercados), e também, fica bastante claro o custo real que o programa impõe à sociedade.

Obviamente, os programas de combate à fome e à pobreza trazem custos de implementação que vão além dos recursos necessários para o pagamento das famílias beneficiadas. Temos custos de identificação das famílias que farão parte do programa, custos de administração da máquina pública, custos de monitoramento para evitar possíveis problemas de desvio de verbas e outros mais. Como exemplo do alcance do programa

Bolsa Família, observamos que, em dezembro de 2003, foram beneficiadas 3,6 milhões de famílias de 5461 municípios do Brasil. Observe a tabela abaixo:

Região	Número de Municípios	Número de Famílias
Norte	434	279.131
Nordeste	1.777	2.130.571
Centro-Oeste	468	120.907
Sudeste	1.631	732.762
Sul	1.181	352.225
Brasil	5.461	3.615.596

Fonte: www.fomezero.org.br

Observe que a maior parte dos recursos foram destinados para as famílias que vivem na região Nordeste. Considere a seguinte tabela abaixo que nos dá uma estimativa da população a ser beneficiada pelo programa Fome Zero⁴.

Regiões	Nº pessoas Pobres (em milhões)	Nº famílias Pobres (em Milhões)	Pessoas pobres (em %)	Famílias Pobres (em %)	Renda média Mensal <i>per capita</i> Disponível (em R\$)
Áreas metropolitanas	10,418	2,429	19,5	1,8	44,61
Áreas urbanas não metropolitanas	23,574	5,148	26,3	20,8	44,45
Áreas rurais	12,134	2,421	47,3	37,3	39,11
Brasil	46,126	9,998	27,3	21,4	43,09

Fonte: PNAD 2001/IBGE. Foram considerados pobres, as famílias com renda *per capita* menor que R\$ 71,53 por mês.

4. O leitor pode consultar o site www.desnutricao.org.br para maiores informações sobre o perfil da desnutrição e pobreza no Brasil.

Podemos inferir que, em termos absolutos, a pobreza no Brasil é um problema que se dá na maior parte nas regiões urbanas não metropolitanas e áreas metropolitanas. Por outro lado, em termos relativos, a pobreza na área rural é mais pronunciada e evidente. Da população que habita nas áreas rurais, 37,3% das famílias são consideradas pobres, e 47,3% da população que vive nessas áreas são considerados pobres. Ou seja, quase metade da população que vive no Brasil rural é considerada pobre! Diante desse fato, podemos nos questionar da razão pela qual os altos ganhos de produtividade que o setor agrícola obteve recentemente não foram capazes de diminuir a incidência de pobreza no Brasil rural.

Voltando ao problema das políticas públicas de combate à fome e à pobreza, podemos levantar algumas observações com base no modelo teórico que foi desenvolvido no começo deste artigo. Uma das implicações do modelo é que podemos ter armadilhas de pobreza pelo fato de os pobres não terem condições de realizar o trabalho por falta de condições nutricionais. Será que a possível melhora nas condições de saúde e nutrição dos pobres que vivem no Brasil rural terá implicações significativas sobre os seus rendimentos no mercado de trabalho? O mesmo é válido para o Brasil urbano? Se o programa Fome Zero tiver êxito, isto terá implicações sobre os rendimentos dos considerados pobres no Brasil rural e urbano? Achamos que programas de políticas públicas do tipo Fome Zero, voltadas para os pobres que vivem em áreas rurais, talvez não sejam muito eficientes no combate à pobreza a longo prazo. Mesmo que o *status* nutricional da população pobre que vive em áreas rurais seja melhorado, a falta de mercados dinâmicos de trabalho (geradores de renda) nessas regiões podem não ter efeito considerável sobre o nível de renda deles. Para o Brasil urbano, a melhora nas condições de saúde e nutrição dos pobres urbanos provavelmente deve ter um efeito significativo sobre os rendimentos no mercado de trabalho. Estamos afirmando isso com base no estudo de Thomas e Strauss (1997). Já para o Brasil rural, conjecturamos com base na teoria e nas informações estatísticas disponíveis na tabela acima. Recentemente, saiu um novo estudo do IBGE, Pesquisa de Orçamentos Familiares — POF 2002-2003, que mostra que a fome não é um problema endêmico como foi anunciado no início do governo Lula. É claro que existem bolsões de misérias localizados em determinadas partes do Brasil, mas o problema, segundo os resultados dessa nova pesquisa, é a obesidade crescente e não a desnutrição associada à falta de alimentos para a população. Pesquisas adicionais são necessárias para este tema.

Considerações finais

Discorremos sobre as relações entre as condições nutricionais dos indivíduos e o mercado de trabalho. Partindo de um modelo de salário de eficiência, em que o esforço é trocado por status nutricional, pudemos ver como é possível a existência de armadilhas de pobreza. A principal idéia a respeito deste tema é que a falta de capacidade de trabalho, devido ao problema da desnutrição, geralmente implica baixo nível de renda, e este baixo nível de renda não possibilita que o indivíduo tenha condições nutricionais adequadas para competir no mercado de trabalho.

Partindo dessa idéia, perguntamos se esse tipo de argumento poderia ter alguma relevância para o Brasil. Utilizando a evidência empírica de Thomas e Strauss (1997), vimos que o *status* nutricional tem implicações sobre os rendimentos no Brasil urbano. Portanto, políticas públicas de melhoras nas condições de saúde nutricional da população brasileira poderiam ter efeitos significativos nos rendimentos do trabalho. Não obstante a base de dados utilizada pelos autores ser dos anos setenta, o argumento acima é bastante razoável para o Brasil atual⁵.

Finalmente inquirimos sobre o desenho de políticas públicas para o combate à fome e à pobreza. Em especial, discutimos em linhas gerais sobre a eficiência de programas de combate à fome. Utilizando um pouco de teoria econômica, vimos que uma política de combate à fome para a redução de pobreza a longo prazo será mais eficiente se for implementada com um programa de distribuição de renda direta para as famílias pobres, e não distribuição de alimentos, apesar da distribuição de alimentos funcionar melhor em situações emergenciais, em regiões que existem fome coletiva e falta de mercados de bens e serviços. Ainda se levarmos em conta os custos de transação para a execução de tais programas, provavelmente a superioridade do programa de renda mínima ficará mais evidente. Finalizando, temos a certeza de que mais pesquisas quantitativas sobre a eficiência de políticas públicas de combate à pobreza, estimando custos e benefícios de tais programas e levando-se em conta os custos de transação envolvidos na execução, podem nos trazer retornos substanciais para a efetiva redução da fome e pobreza no Brasil.

5. Com base nas estatísticas recentes sobre a população indigente no Brasil, podemos inferir facilmente a relevância atual do problema das condições nutricionais dessa população, e dos pobres como um todo.

Referências Bibliográficas

- BETTO, F. (org.). (2004). *Fome Zero, Textos Fundamentais*. São Paulo: Garamond.
- DASGUPTA, P. (1997). "Poverty traps," *Advances in economics and econometrics: theory and applications, seventh world congress vol II*.
- DASGUPTA, P. and RAY, D. (1986). "Inequality as a Determinant of Malnutrition and employment: Theory," *Economic Journal* 96, 1011-1034.
- DEATON, A. (1997). *The Analysis of Household surveys, A Microeconometric Approach to Development Policy*. The John Hopkins University Press.
- FRIEDMAN, M. (1977). *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Artenova.
- IPEA, (2002). *A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil*. Brasília: IPEA.
- RAY, D. (1998). *Development Economics*. Princeton University Press.
- THOMAS, D. and STRAUSS, J (1997). "Health and wages: Evidence on men and women in urban Brazil," *Journal of Econometrics* 77 159-185.